

# EDITORIAL

## UM MOMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO

Desde sua instalação formal, os programas de pós-graduação no Brasil têm crescido constantemente. Em 1996, haviam 1.209 programas credenciados e, em menos de dez anos, esse número elevou-se para 1.770, em 2004. O mesmo crescimento pode ser visto na quantidade de profissionais qualificados, dentre os quais registrou-se 13.484, titulados em 1996, passando para significativos 35.587, em 2004, aqui incluídos a nova modalidade dos cursos profissionalizantes, que ainda não existiam em 1996. Os números são expressivos e denotam uma marcada capacidade em investimento, de toda a ordem, na construção de uma massa crítica de profissionais de alta qualificação, visando garantir o avanço da ciência e tecnologia no país. Certamente, há discrepâncias na distribuição desses cursos, refletindo uma realidade nacional que remonta à época das capitâneas hereditárias, mas que, mesmo instigante, não é o escopo deste editorial. De fato, as regiões sul e sudeste, em 1996, concentravam 948 cursos reconhecidos contra apenas 261 nas demais regiões do país. Mesmo em 2004, este quadro não se altera: são 1.339 cursos nas regiões sul e sudeste e 431 nas demais. Percentualmente, há um ligeiro acréscimo nos cursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no entanto, desproporção permanece presente (TABELA 1).

TABELA 1 – Distribuição do número de cursos credenciados pela CAPES, segundo região do país, nos anos de 1996 e 2004 (CAPES, 2005).

Regiões	1996		2004	
	n	%	n	%
Norte, Nordeste e Centro-Oeste	261	21,4	431	75,6
Sul e Sudeste	948	78,6	1339	24,4
total	1209	100,0	1770	100,0

Esses números impressionam e geram outra discussão. Trata-se de investigar a idade com que esses profissionais estão entrando na pós-graduação e qual seu significado.

Anteriormente, é importante afirmar que se entende como objetivos da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado acadêmicos) a formação de docentes e pesquisadores para o ensino de terceiro grau. O doutorado pretende desenvolver a capacidade de pesquisa e o poder criador do indivíduo, o mestrado pode ser considerado uma etapa de preparação ao doutorado ou assumir caráter terminal para aqueles que não desejam seguir a carreira acadêmica plena, pretendendo, apenas, um aprofundamento de sua área de domínio profissional de forma abrangente (CAPES, 2005). Subjacente a necessidade de reafirmar os objetivos da pós-graduação destaca-se uma possível ligação dos números, até aqui expressados, com um desvio de entendimento, do aluno e dos dirigentes de alguns cursos, sobre as finalidades dessa formação qualificada. Nesse sentido, Goldberg (1993) é claro e contundente ao afirmar que o mestrado, pelo menos o acadêmico – no caso em cirurgia –, não constitui curso de aperfeiçoamento profissional, nem de extensão universitária, nem de especialização e muito menos da continuação da residência ou equivalente.

De fato, na área das ciências da saúde, até o momento, muitos programas exigem uma especialização, particularmente a chamada residência médica, como pré-requisito para o ingresso nos programas *stricto sensu*, o que não ocorre em outros programas em que o candidato pode fazer sua inscrição ao concurso para ingresso apenas com o diploma de graduação no nível superior. Entretanto, a falta de uma vivência prática em sua área profissional, antes de ingressar na pós-graduação, estará evidenciada no currículo do candidato e, se houver análise de currículo nos procedimentos de ingresso, a falta de uma trajetória dentro da área após a graduação, poderá ser fator deletério no computo final de seu score. De qualquer forma, esses candidatos estão habilitados aos exames de ingressos e, provavelmente, conseguem vagas, pois muitos programas optam por exames em que as matérias básicas escolhidas, muitas vezes, se afiguram como as mais recentes na memória e prática desses recém-formados, pela proximidade com os bancos da graduação. Os candidatos de mais idade, mesmo com maior capacidade reflexiva e com maior potencial de cultura investigativa, são relegados a um plano menos prioritário, pelo projeto político-pedagógico vigente.

Certamente a discussão sobre a idade mais adequada ao ingresso na pós-graduação é uma questão que, pelas razões, requer

informações mais detalhadas a partir de fontes privilegiadas, isto é, as secretarias dos cursos nas diferentes instituições de ensino superior do Brasil. Entretanto, alguns indícios podem auxiliar nessa discussão preliminar.

A FEA-USP (MARTINS, 2006) informa que a média de idade dos ingressantes em seu curso de mestrado é 30,55 anos, que é compatível com a média de 33,46 anos, de um grupo de 193 ingressantes, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade do Sagrado Coração, durante um período de oito anos. Em estudo detalhado e abrangente, Velloso (2002) conclui que nossos doutores são formados, em média, nove anos de terminada sua graduação, tempo este que o autor considera muito longo se comparado com as experiências em outros países.

As informações revelam que o ingresso na pós-graduação não ocorre imediatamente após a graduação, o que, a nosso ver, é altamente positivo. Ao contrário de certos posicionamentos favoráveis, considera-se que o ingresso na pós-graduação, como discutido em trabalho de Pardo (2004), necessita do amadurecimento do graduado para que esse novo processo de formação possa ser completamente absorvido e permita que se devolva à sociedade um profissional com capacitação acadêmica mais robusta ao final do período. Porém, não se pode concordar com o excesso de tempo que certa parcela dos pós-graduandos toma para concluir seu doutorado, fato incluído nas estatísticas mencionadas por Velloso (2002). Não se deve esquecer que os programas de iniciação científica, como PIBIC, têm se mostrado uma iniciativa muito adequada e bem vinda, pois são formas de preparar o graduando para que possa fazer um curso de pós-graduação de forma mais produtiva.

As razões para essas médias etárias, anteriormente apresentadas, podem ser encontradas em algumas informações, como as literaturas que podem auxiliar a discussão.

Um estudo sobre egressos do curso de química do IQSC-USP, entre 1995 e 2001, traz interessantes informações. Do grupo de 116 egressos ouvidos, 91% pretendem fazer ou estão fazendo cursos de pós-graduação. Desse, em repostas com opções passíveis de sobreposição, 55% justificam sua escolha pelo desejo de seguir vida acadêmica ou de fazer pesquisa, enquanto 48% dizem necessitar aprimoramento dos conhecimentos. Quanto à condição econômica, 64% se encontram em regime de “bolsistas” e, por fim – esse é o dado mais interessante – somente 23% consideram-se seguros para atuar autonomamente, como profissionais de sua área, contra 61% que dizem necessitar de supervisão. Ora, se a maioria encontra-se na categoria de bolsistas, pode-se pressupor que esteja registrada

em cursos de pós-graduação, o que condiz com aquela altíssima percentagem de egressos que pretendiam realizar estudos pós-graduados (91%).

Este número expressivo de pós-graduandos é justificado, também, pelo desejo de melhorar a capacitação profissional no sentido de ampliar aquela referida segurança para a atuação, que, num primeiro momento, não é a finalidade dos cursos de pós-graduação. Nesse caso, em particular, há uma contradição interna nas respostas, pois, ao mesmo tempo em que a maioria explica o desejo da pós-graduação pela condição acadêmica e pesquisa, apenas 23% estão seguros para atuar autonomamente como profissionais, o que faz crer que o restante não se sente preparado para atuar profissionalmente.

Uma outra razão para a busca do ambiente pós-graduado é, paradoxalmente, a própria falta de postos de trabalhos qualificados, pelo menos em determinadas áreas. Esse é caso apontado por Krug (2006) para egressos de curso de oceanografia. Em décadas anteriores, o percentual de egressos procurando a pós-graduação era muito reduzido, uma vez que a demanda imediata de profissionais era expressiva, contudo, a partir de 1992, esse quadro se reverte. A falta de opção para obter uma colocação em um mercado muito específico leva os egressos a procurar a titulação acadêmica com o intuito de permanecer na área e, concomitante, fortalecer seus currículos para um cenário futuro mais promissor.

Dessa forma, entende-se que para a formação pós-graduada não basta a formação graduada, afinal, seja pela idade precoce com que alguns ingressam na graduação e, por conseguinte, também precocemente terminam seus cursos – principalmente os de menor duração – ou por deficiências da própria formação graduada, encontram-se, muitas vezes, jovens com pouca maturidade intelectual participando de cursos de mestrado. Por isso, seria desejável um período intermediário de experimentação do indivíduo, em que ele pudesse ganhar maior vivência em sua área de atuação e mesmo na sua maturação intelectual, para depois requerer o ingresso à pós-graduação. A discussão de modelos específicos para cada área foge ao escopo dessa discussão, mas o sistema proposto por alguns programas de pós-graduação da área da saúde podem auxiliar no aprofundamento da discussão.

## REFERÊNCIAS

1. CAPES. Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva. *RBPG*, v. 2, n. 4, p. 139-144, jul. 2005.

2. GOLDENBERG, S. Mestrado? Sim o não. *Rev Col Bras Cir*, v. 20, n. 4, p. 3-4, 1993.
3. KRUG, L. C. *Desafios além da academia: análise da situação profissional dos egressos do curso de oceanologia da FURG*. Disponível em: <[http://www.oceano.furg.br/download/desafios\\_academia.pdf](http://www.oceano.furg.br/download/desafios_academia.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2006.
4. MARTINS, G. A., SERRA, R. M. R. *Pós-graduação em administração: quem são os candidatos?* Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=6&texto=188>>. Acesso em: 11 dez. 2006.
5. PARDO, M. B. L. et al. A formação em pesquisa segundo a opinião de alunos de um programa de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. *RBPG*, v. 1, n. 1, p. 70-85, 2004.
6. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – Instituto de Química de São Carlos. *Projeto Egressos*. <[http://www.iqsc.usp.br/iqsc/corpo\\_discente/egressos/](http://www.iqsc.usp.br/iqsc/corpo_discente/egressos/)>. Acesso em: 20 dez. 2006.
7. VELLOSO, J. *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país*. Brasília: CAPES, UNESCO, 200. 451 p. v. 1.